

# ÍNDICE

	Página
Introdução	3
Receitas municipais – evolução	4
Estrutura da receita	5
Receitas locais	5
Fundos do Orçamento do Estado	7
Fundos Comunitários	8
Empréstimos e endividamento	9
Despesas municipais – evolução	12
Despesas municipais – estrutura	13
Despesas de pessoal	13
Aquisição de bens e serviços	14
Serviço da Dívida	15
Investimento – áreas, evolução e financiamento	16
Situação patrimonial - Balanço e Resultados de 2006	19
Freguesias – receitas e despesas em 2006	25

## INTRODUÇÃO

No âmbito das suas competências na área das finanças locais, a DROAP elabora anualmente um relatório sobre a situação financeira das autarquias locais, o qual resulta da análise dos documentos de prestação de contas recebidos neste departamento.

Este documento apresenta de forma consolidada as receitas e as despesas dos municípios da Região Autónoma dos Açores no ano de 2006, relacionando-as entre si e mostrando a evolução das mesmas em anos anteriores.

As freguesias são também tratadas mas em termos mais genéricos.

A análise efectuada assenta em comparações entre os municípios, procurando ter em conta as suas diferenças e outras circunstâncias específicas, que justifiquem os valores apresentados.

São também apresentados e comentados elementos da contabilidade patrimonial, nomeadamente, o balanço e a demonstração de resultados. Um balanço permite-nos saber o valor dos bens, bem como as dívidas a receber e a pagar, de uma autarquia. Por outro lado, a demonstração de resultados compara os custos e os proveitos ocorridos durante o ano e dá-nos o resultado do exercício (lucro ou prejuízo).

Como se verá, existem diversos factores que influenciam o resultado líquido do exercício de um município, por vezes de forma inesperada. Um lucro ou um prejuízo num município não pode ser interpretado da mesma forma como numa empresa. O que se pretende é que os municípios utilizem de forma eficiente os recursos disponíveis, facto que não pode ser avaliado pela simples leitura de um balanço ou de uma demonstração de resultados.

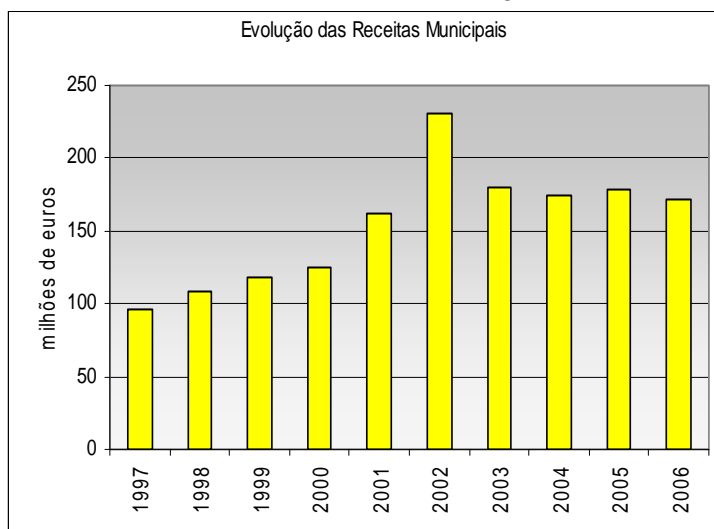
Existem ainda alguns erros nos documentos de informação patrimonial de alguns municípios, que conduzem a resultados de certa forma anormais, situação que se procurará resolver no futuro.

O DIRECTOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos

### Receitas Municipais

As receitas totais dos municípios atingiram cerca de 171 milhões de euros em 2006, tendo sofrido uma redução de 4,2%, relativamente a 2005. Se observarmos o gráfico relativo à evolução das receitas totais dos municípios dos Açores, verificamos valores aproximados nos últimos 4 anos, dentro do intervalo 170 – 180 milhões de euros, depois de um ano excepcional (2002), em que as receitas atingiram os 231 milhões de euros.

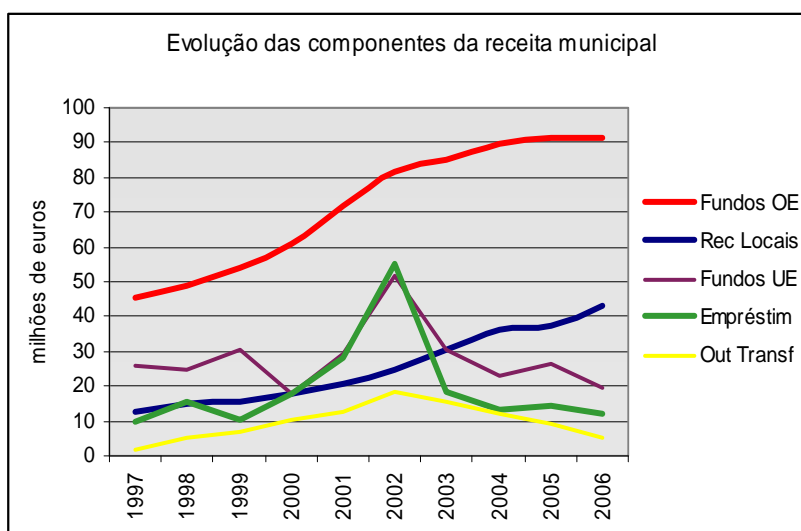


O comportamento das diversas componentes da receita (impostos, taxas, transferências, empréstimos) varia, de ano para ano e, dentro do mesmo ano, de município para município.

Em 2006, e considerando os valores globais dos municípios da Região Autónoma dos Açores, apenas se registaram aumentos nas receitas locais (impostos, taxas, venda de bens e serviços, rendas, etc.), mantendo-se no mesmo valor os Fundos do Orçamento do Estado (Fundos OE).

Por outro lado, verificaram-se reduções substanciais (26%) nas receitas provenientes dos Fundos Comunitários, sobretudo se tivermos em conta que estas receitas representam 11% do total das receitas, sendo também de salientar a descida de 17% no volume de empréstimos contraídos, ocupando esta receita cerca de 7% das receitas totais.

Pelo gráfico de evolução das principais fontes de receita, podemos verificar o comportamento das mesmas nos últimos 10 anos, sendo perceptível a oscilação dos empréstimos e dos fundos comunitários, e a tendência mais homogénea das receitas próprias, que incluem os fundos do Orçamento do

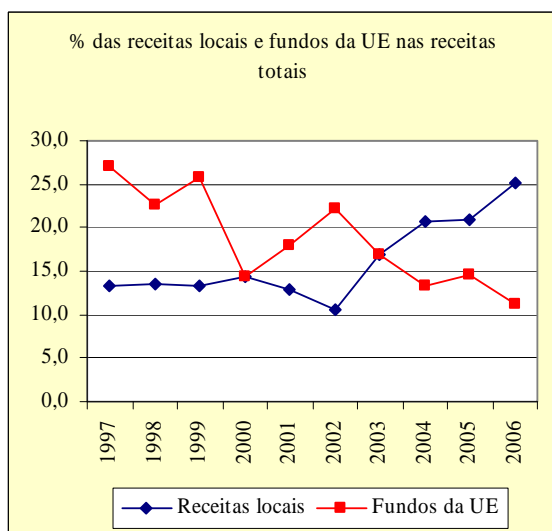
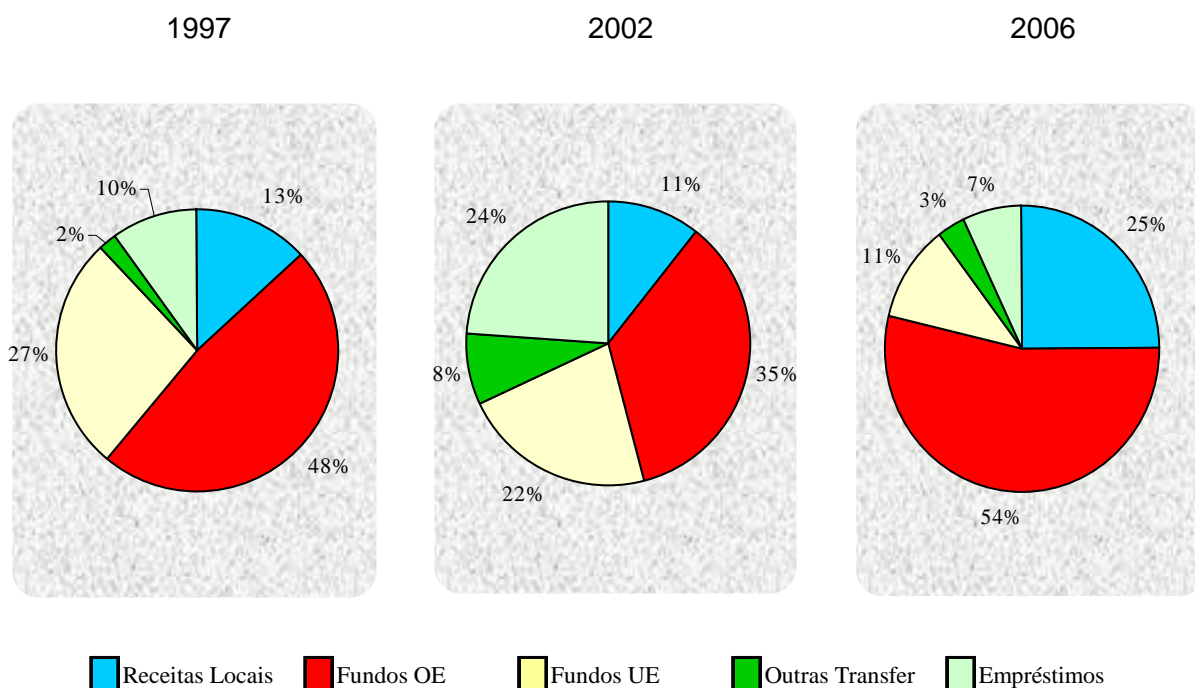


Estado e as receitas locais. Repare-se que tanto os empréstimos como os fundos comunitários tiveram o seu ponto mais alto em 2002, quando os municípios se endividaram para conseguirem aproveitar o financiamento comunitário, já que tinham que garantir pelo menos 15% do custo dos investimentos.

**Estrutura da receita**

Abaixo, apresentam-se 3 gráficos que mostram como o peso percentual das fontes de financiamento dos municípios mudou ao longo dos últimos 10 anos.

Estrutura da Receita Municipal em 1997, 2002 e 2006



**Receitas Locais** – foram as únicas a registar aumento em 2006, o qual se situou em 14,7%, em termos globais. De resto, os Fundos OE permaneceram ao nível de 2005 e as restantes fontes de receita sofreram reduções.

As receitas locais em 2006 representaram ¼ das receitas totais, valor mais elevado de sempre. O gráfico ao lado mostra o crescimento acentuado do peso destas receitas nos últimos anos, situação que não se deve apenas ao aumento das próprias receitas locais, mas também à redução

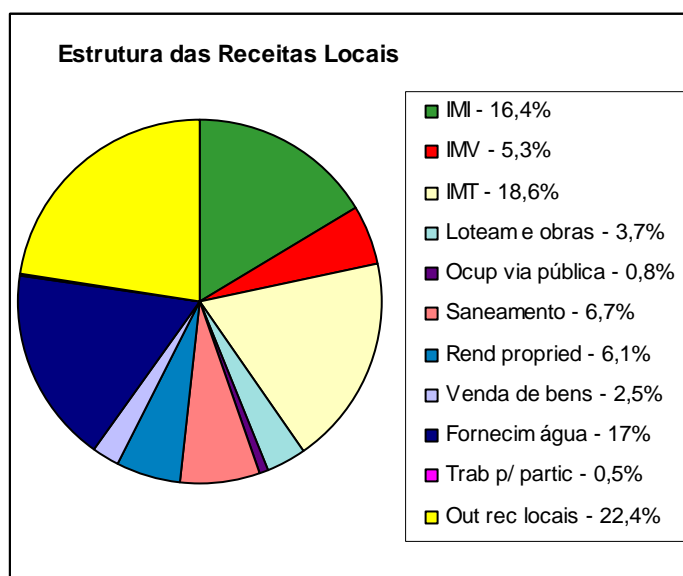
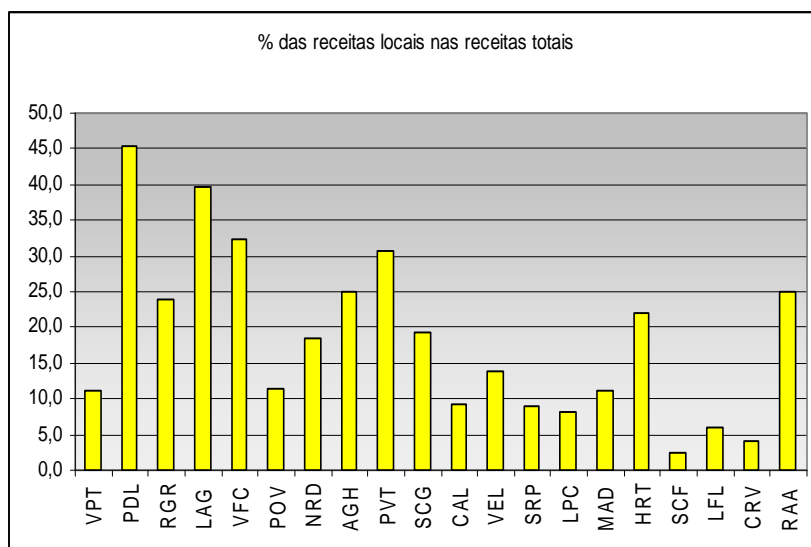
das transferências da União Europeia.

A tendência de crescimento das receitas locais deverá ser acompanhada, a partir de 2008, por um crescimento dos Fundos Comunitários, uma vez que neste ano se iniciou um novo Quadro Comunitário.

Em 2006, as receitas locais foram suficientes para cobrir 92% das despesas de pessoal, valor que antes de 2001 era inferior a 60%, situando-se nos 85% em 2004 e 2005.

O IMT, com um crescimento de 28%, os rendimentos de propriedade, que aumentaram 57%, bem como o IMV e as

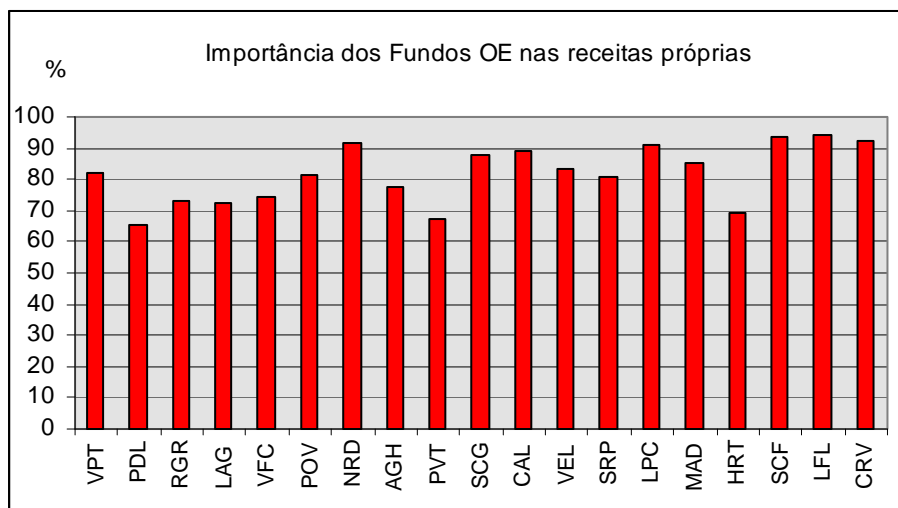
receitas de taxas de saneamento, terão sido as componentes que mais contribuíram para o aumento verificado nas receitas locais.



O peso relativo das receitas locais varia bastante entre os municípios, observando-se uma amplitude entre os 2,5% (Santa Cruz das Flores) e os 45,3% (Ponta Delgada). Os valores de Angra do Heroísmo e da Ribeira Grande são reduzidos, quando comparados com outros de menor dimensão, nomeadamente, Praia da Vitória, Vila Franca do Campo e Horta. No caso de Angra do Heroísmo, essa situação deve-se ao facto de não estão considerados

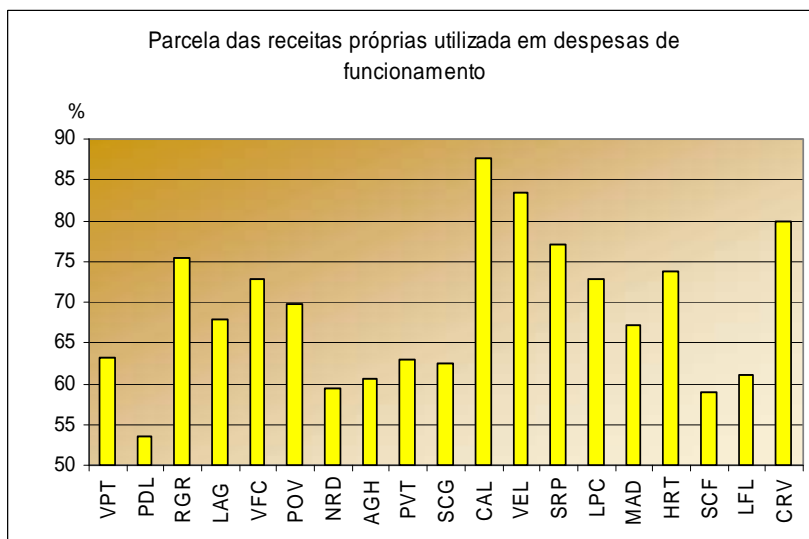
os serviços municipalizados, que também não estão em Ponta Delgada. Já o caso da Ribeira Grande, manifestamente inferior à Lagoa e Vila Franca do Campo se torna mais estranho. Saliente-se que existem receitas locais de carácter irregular, caso da venda de bens, o que faz com que os valores destas receitas assumam valores mais elevados em certos anos. Por outro lado, o comportamento de receitas como empréstimos e transferências consignadas fazem, por vezes, com que o peso relativo das receitas locais seja mais baixo e foi precisamente isso que se passou com a Ribeira Grande, quando comparada com Lagoa e Vila Franca do Campo.

Fundos do Orçamento do Estado – as receitas municipais resultantes destas transferências, previstas na lei das finanças locais, têm-se mantido quase inalteradas nos últimos anos, pelo que se verifica um decréscimo em termos reais, na mais importante receita dos municípios. Entre 2002 e 2006 verificou-se um crescimento acumulado de 12% nesta receita, enquanto que as receitas locais aumentaram quase 15%, só em 2006.



Se considerarmos como receitas próprias os fundos do orçamento do estado e as receitas geradas localmente (impostos e taxas, venda de bens e serviços, rendimentos de propriedade), percebemos a importância daqueles fundos nas receitas anuais dos municípios. Em 11 dos 19 municípios da Região, os Fundos OE representam mais de 80% das receitas próprias, ficando este rácio abaixo dos 70% apenas nos municípios de Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta. No caso de Angra do Heroísmo o valor é de 78%, o que é em parte justificado pelo facto de não estarmos a considerar os serviços municipalizados, que contribuem com uma importante receita local. Praia da Vitória apresenta um valor de 67%, inferior aos 73% da Ribeira Grande, que é o município que mais se aproxima, em termos de receitas próprias.

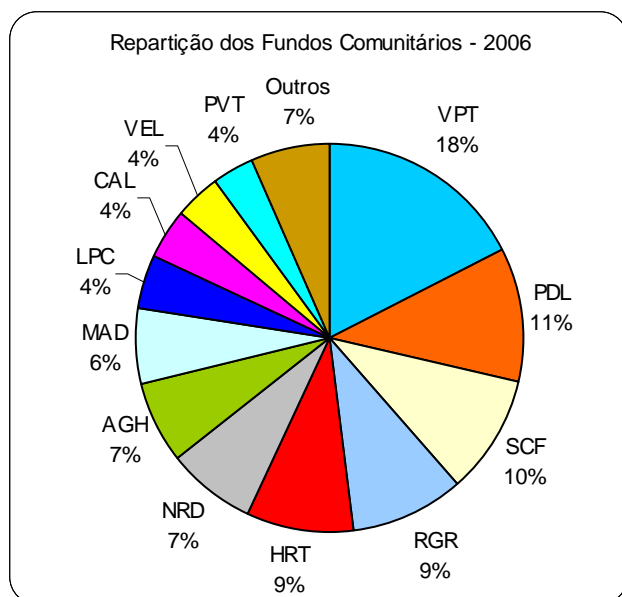
O gráfico ao lado mostra-nos que percentagem das receitas próprias os municípios utilizam para fazer face aos encargos de funcionamento (pessoal, bens e serviços e serviço da dívida), ficando a parte restante liberta para investimentos e apoios a outras entidades.



Os municípios de S. Jorge são os que estão em pior situação, uma vez que mais de 80% das suas receitas próprias vai para as despesas de funcionamento. Salienta-se os valores baixos de alguns municípios de menor dimensão, nomeadamente, Vila do Porto, Nordeste, Santa Cruz da Graciosa, Santa Cruz das Flores e Lajes das Flores, com valores inferiores a 63%.

### Fundos Comunitários

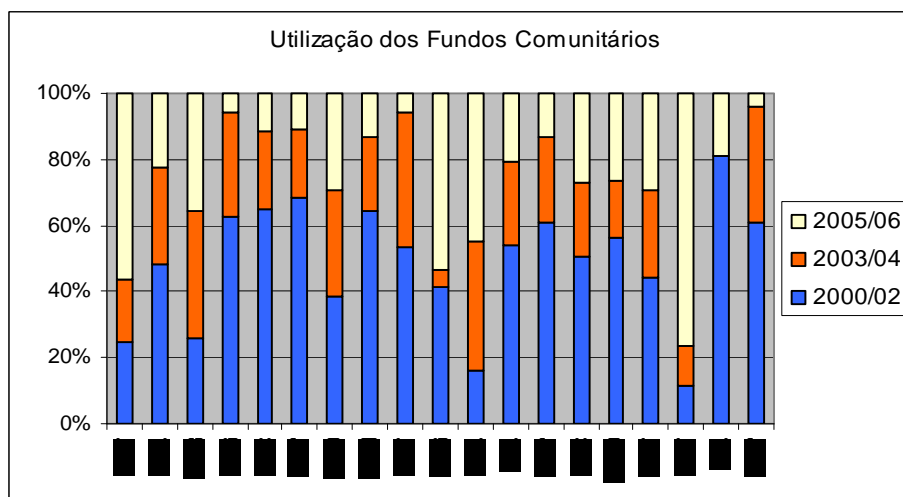
Em termos globais, verificou-se uma redução de 26,3% nestas transferências, que constituem uma importante fonte de financiamento do investimento municipal (26% em 2006 e 31% em 2005).



Os municípios de Vila do Porto e da Praia da Vitória tiveram, no entanto, grandes aumentos nesta receita (227% e 261%, respectivamente), contrariando o que se verificou com a maioria dos restantes municípios.

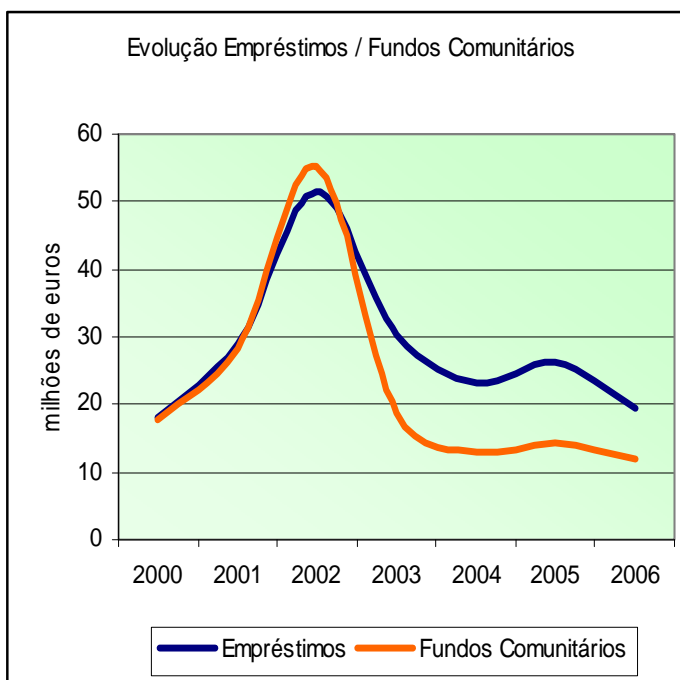
O gráfico ao lado mostra como se distribuiu o total de 19,3 milhões de euros de fundos comunitários pelos municípios em 2006.

Naturalmente que esta repartição refere-se apenas a um ano e não ao período de vigência do QCA (2000 – 2007), pelo que só assim se justificam os valores mais elevados de Vila do Porto e Santa Cruz das Flores.



Pelo gráfico relativo à execução dos respectivos plafonds atribuídos pelo QCA, percebe-se que os municípios de Vila do Porto e Santa Cruz das Flores só nos últimos 2 anos executaram a maior parte das verbas disponíveis, contrariamente ao que se passou com Lajes das Flores, Povoação, Vila Franca do Campo e Angra do Heroísmo.

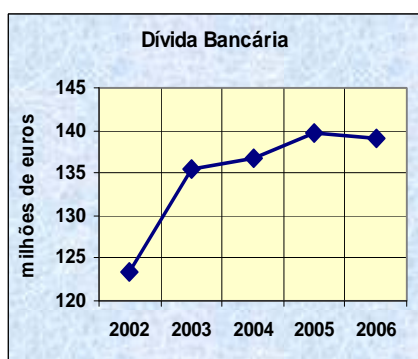
A utilização dos fundos comunitários tem estado directamente associada à utilização de outra fonte de receita – os empréstimos. Primeiro, porque é a única maneira de os municípios conseguirem as verbas necessárias para assegurar a parte por eles suportada, no custo das obras (15%), segundo, porque estes empréstimos são elegíveis à cooperação financeira indirecta, recebendo do Governo Regional uma bonificação de juros, que na maior parte dos casos é de 70%, e por último, porque os mesmos têm sido excepcionados dos limites de endividamento.



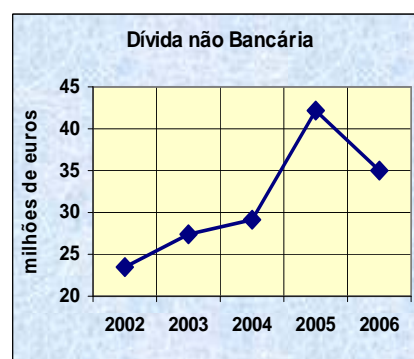
### Outras Transferências

Para além das verbas recebidas do Orçamento do Estado e dos fundos comunitários, os municípios receberam ainda transferências de outras entidades, com especial destaque para o Governo Regional. Estas receitas sofreram uma redução de 40% em 2006, representando apenas cerca de 3% das receitas totais, e referem-se sobretudo a contratos ARAAL de colaboração, mediante os quais, os municípios realizam investimentos da competência da administração regional, recebendo para o efeito as verbas necessárias. Em termos absolutos, estas receitas situaram-se nos 5,5 milhões de euros, sofrendo uma redução pelo 4º ano consecutivo.

### Endividamento



Os municípios contraíram um valor global de 12 milhões de euros de empréstimos em 2006, tendo amortizado 12,9 milhões, pelo que se verificou uma redução de cerca de 900 mil euros na



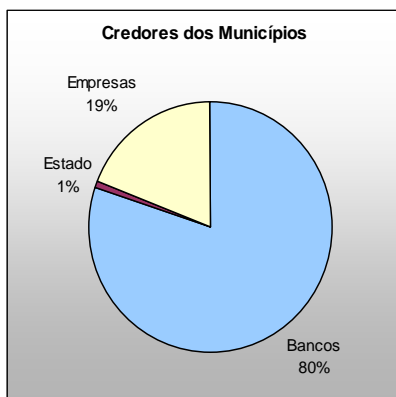
dívida bancária municipal. Os dois gráficos acima expostos mostram que os municípios deviam



à Banca, no final de 2006, 139 milhões de euros, aos quais se deverá 2 milhões de euros de dívidas bancárias dos serviços municipalizados e das associações de municípios.

Relativamente à dívida não bancária, verificou-se uma redução de 7,3 milhões de euros, o que em termos percentuais representa uns significativos 17%.

Resumindo, verificou-se em termos globais uma redução de 4% (8 milhões de euros) na dívida municipal.

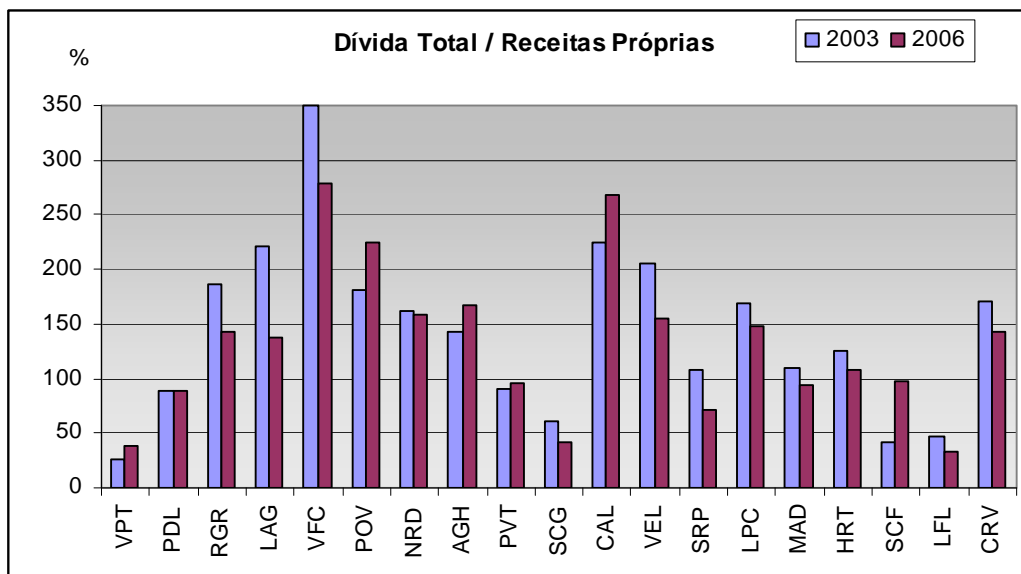


Os bancos são, naturalmente, os maiores credores dos municípios, absorvendo 80% da dívida total, seguindo-se as empresas, com uma representatividade de 19%. As dívidas ao Estado, resultantes de impostos e segurança social, bem como dívidas às freguesias, associações de municípios e serviços municipalizados representam apenas 1% no total de dívida apurado.

### Limites de Endividamento

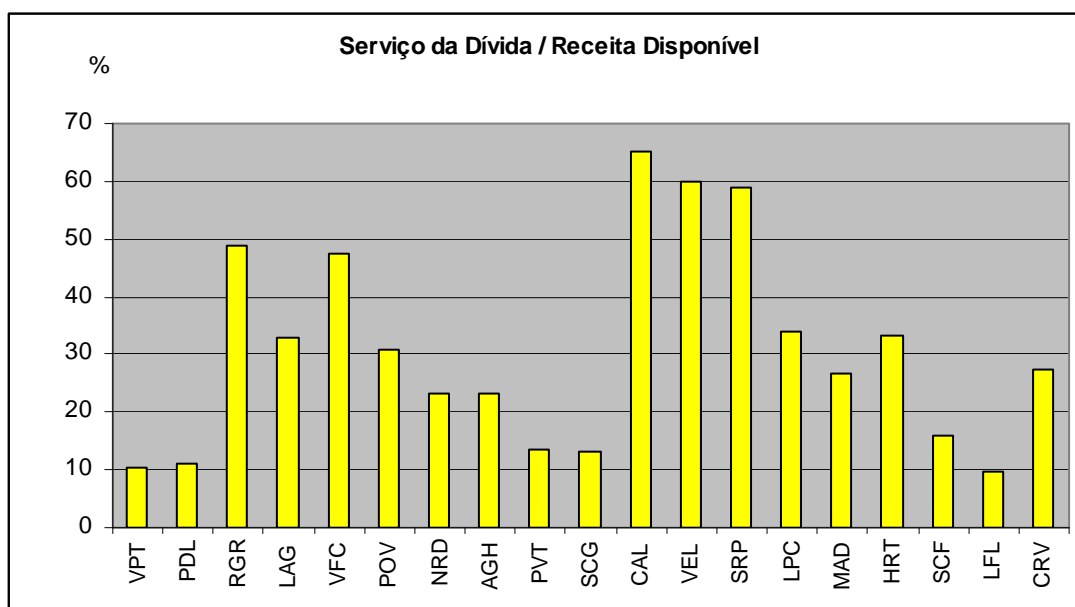
Os limites legais de endividamento municipal têm sofrido diversas alterações nos últimos anos, verificando-se um processo gradual de modificação dos critérios adoptados, passando os mesmos a basear-se nos montantes da dívida em si e não nos encargos anuais com juros e amortizações. Por outro lado, existem vários empréstimos que não contam para os limites de endividamento. Dadas as dificuldades em identificar todos os empréstimos excepcionados dos limites legais de endividamento, com todas as especificações existentes, preferimos neste relatório mostrar indicadores específicos e considerar todos os empréstimos em dívida, uma vez que estes, na prática, têm que ser todos pagos. Acresce ainda que 2006 foi o último ano em que vigorou a anterior lei de finanças locais. A actual Lei, que entrou em vigor em Janeiro de 2007 (Lei nº 2/2007, de 15-01) aplica novos critérios de avaliação do nível de endividamento, a partir desse ano.

O gráfico seguinte mostra o peso das dívidas totais de cada município (bancárias e outras), relativamente às receitas próprias em 2003 e 2006. Naturalmente que não se espera que os municípios paguem a dívida num só ano, mas este indicador permite-nos comparar os municípios entre si. Salientam-se os casos de Vila Franca do Campo, Povoação e Calheta, casos em que, em 2006, a dívida excede os 200% das receitas próprias, atingindo 278% em Vila Franca do Campo e 269% na Calheta.



Por outro lado, a comparação dos dois anos mostra que em alguns casos a situação melhorou e noutros foi ao contrário, todavia, em termos globais, este rácio passou de 141% em 2003 para 129% em 2006.

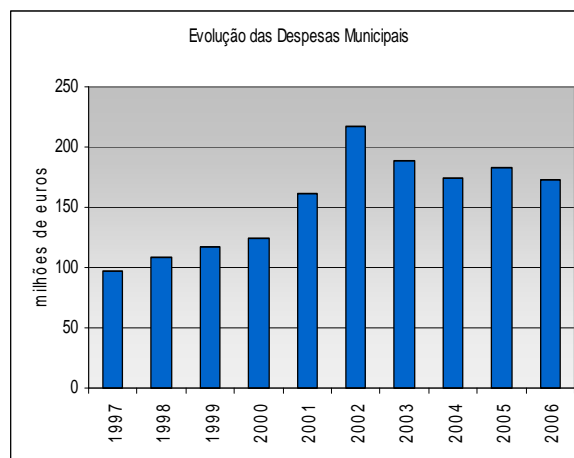
O gráfico seguinte dá-nos outra informação, relativamente ao nível de endividamento de cada município. Ele permite verificar o esforço financeiro de cada município no pagamento dos juros e amortizações bancárias, considerando a receita própria disponível, ou seja, retirando às receitas próprias as despesas correntes de funcionamento (pessoal e aquisição de bens e serviços). Isso permite concluir que os encargos do serviço da dívida são mais difíceis de suportar nos municípios de Calheta, Velas, S. Roque do Pico, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo. É uma perspectiva diferente de analisar o endividamento dos municípios.



## Despesas

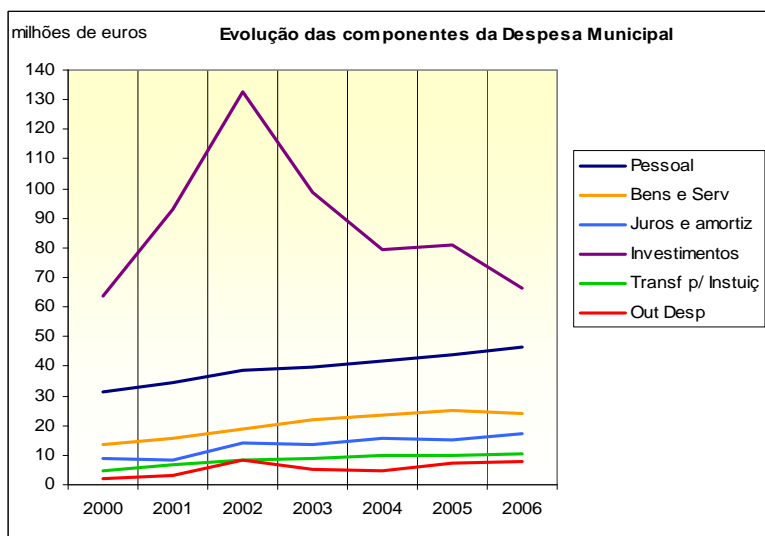
As despesas dos municípios totalizaram 173 milhões de euros em 2006, baixando 5%, relativamente ao ano anterior. Esta redução foi ligeiramente superior à verificada na receita, pelo que o saldo final transitado para 2007 foi superior àquele que transitou de 2005 para 2006.

As despesas correntes foram de 85,3 milhões de euros, ficando bastante abaixo das receitas correntes (97,5 milhões), demonstrando que na generalidade não houve problemas para os municípios em equilibrar os seus orçamentos correntes, ou seja, conseguir receitas iguais ou superiores às despesas da mesma natureza.



Em dois municípios não foi observado o equilíbrio corrente, mesmo com a contribuição do saldo do ano anterior: Calheta e Corvo. No caso do Corvo, a diferença foi reduzida (4.590 euros) mas no caso da Calheta este problema é mais grave, uma vez que, para além de um saldo corrente negativo, apresentou ainda um saldo orçamental total negativo, ou seja, as suas receitas orçamentais, adicionadas do saldo transitado, não foram suficientes para fazer face a todas as despesas orçamentais, verificando-se um défice de 246 mil euros, compensado com a utilização do saldo disponível de operações de tesouraria.

O comportamento dos municípios foi bastante diverso, relativamente às despesas. Apesar de, em termos globais, se ter verificado uma redução de 5% nas despesas, a verdade é que se verificaram aumentos na despesa em alguns casos, nomeadamente, Santa Cruz da Graciosa (26%), Vila Franca do Campo (17%) e Vila do Porto (16%). Por outro lado, verificaram-se descidas de 19% em Angra do Heroísmo e Nordeste, 17% em S. Roque do Pico e de 12% em



Ponta Delgada, Ribeira Grande, Povoação e Madalena.

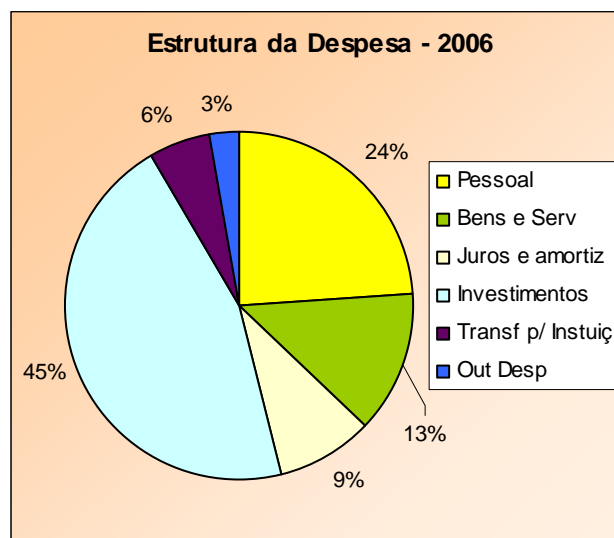
O gráfico relativo à evolução das principais componentes da despesa mostra a descida acentuada nos investimentos (18%) e a ligeira descida na rubrica de bens e serviços (2,6%). De resto, observam-se aumentos nas despesas de pessoal (6,4%), serviço da dívida (12,8%),

transferências para instituições (6,7%) e outras despesas (4%).

### **Estrutura da Despesa**

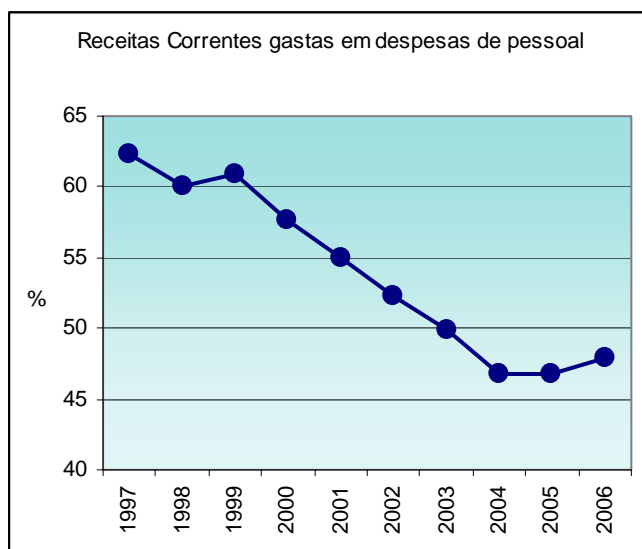
As despesas de investimento, com 45%, ocupam a maior parcela das despesas em 2006 e tal como as despesas de pessoal (24%) o seu peso relativo quase não se alterou, comparado com o ano anterior. Em 2002 e 2003 o investimento ocupava parcelas bem mais altas da despesa (61% e 53%).

As transferências para instituições não lucrativas representam 6% da despesa total em 2006 e a par do serviço da dívida são as únicas rubricas da despesa onde se registou aumento.



Refira-se que este é o primeiro ano em que estas despesas (apoios a instituições) são consideradas separadamente, e tal acontece porque se verifica um crescimento gradual da sua importância. Não se tratando de despesas de funcionamento nem de investimento, estas despesas dependem muito das decisões políticas dos eleitos locais no que diz respeito aos apoios às várias associações. Se analisarmos o peso que estas despesas têm nas receitas próprias (uma vez que estas constituem uma espécie de denominador comum), verificamos que alguns municípios destinam importantes recursos próprios para estes apoios. São os casos de Madalena (22%), S. Roque do Pico (16,2%), Santa Cruz da Graciosa (15,9%), Praia da Vitória (15,7%) e Angra do Heroísmo (15,2%).

As despesas de pessoal, por seu turno, atingiram uma percentagem mínima da despesa total de 18% em 2002, ocupando agora 24% da despesa total.



### **Despesas de Pessoal**

Estas despesas aumentaram 6,4% em 2006, valor bem acima do aumento de 1,5% verificado nos vencimentos da função pública. O peso destas despesas nas receitas correntes foi de 48%, notando-se nos últimos dois anos uma inversão na tendência descendente deste indicador, que vinha desde 2000 (ver

gráfico). Este rácio apresenta valores mais elevados no Corvo (83%) e Calheta (71%) e mais baixos em Ponta Delgada (41%) e Angra do Heroísmo (42%).

Refira-se ainda que, não obstante ter-se verificado um aumento de 6,4% para o total de despesas de pessoal, a verdade é que as 3 grandes rubricas que compõem estas despesas tiveram comportamentos bem diversos – assim, as remunerações certas e permanentes aumentaram 4%, os abonos variáveis e eventuais baixaram 3,9% e as despesas com a segurança social aumentaram 24,5%.

Em 3 municípios (Vila do Porto, Lajes do Pico e Lajes das Flores) verificaram-se reduções, embora ligeiras, nas despesas de pessoal. Por outro lado, os maiores aumentos nestas despesas registaram-se em Calheta (27,5%), Corvo (26,4%) e Velas (14,5%).

As remunerações certas e permanentes representam em média 76% das despesas de pessoal e os encargos com a segurança social ocupam 17%. Os restantes 7% dizem respeito, essencialmente, a horas extraordinárias, formação e ajudas de custo. Na Ribeira Grande, as horas extraordinárias representam 5% das despesas de pessoal, seguindo-se Ponta Delgada com 4,5% e Vila Franca do Campo (4,3%).

### **Limites legais de despesas de pessoal**

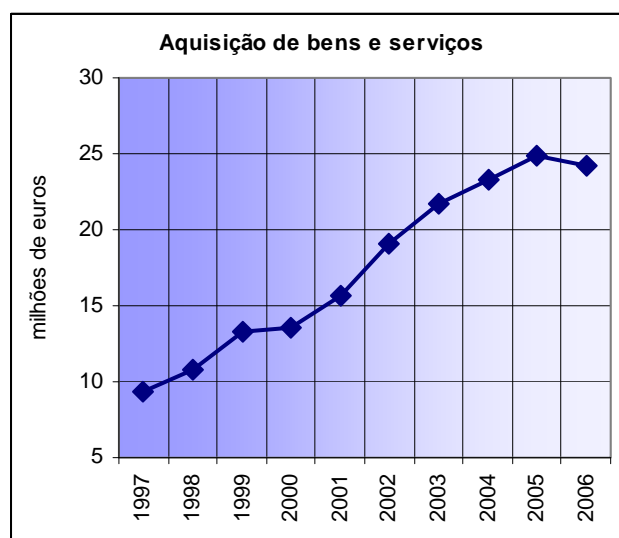
Nos termos do Decreto-Lei nº 116/84, de 6 de Abril com as alterações introduzidas pela Lei Nº 44/85, de 13 de Setembro, as despesas com o pessoal do quadro num determinado ano não podem ultrapassar 60% das receitas correntes do ano anterior, e as despesas com o pessoal além quadro não podem exceder 15% das referidas receitas.

Em 2006, apenas no município do Corvo se verificou um excesso no que respeita ao limite de despesas do pessoal fora do quadro, mas apenas por uma pequena margem (15,07%).

### **Aquisição de bens e serviços**

Verificou-se um ligeiro decréscimo nestas despesas (-2,6%), com a compra de bens aumentando, em termos globais, 2% e os serviços registando uma redução global de 4%. As variações entre os municípios são muito acentuadas neste campo, o que é normal, tratando-se de despesas desta natureza, que abarcam uma enorme variedade de itens.

Estas despesas representaram cerca de



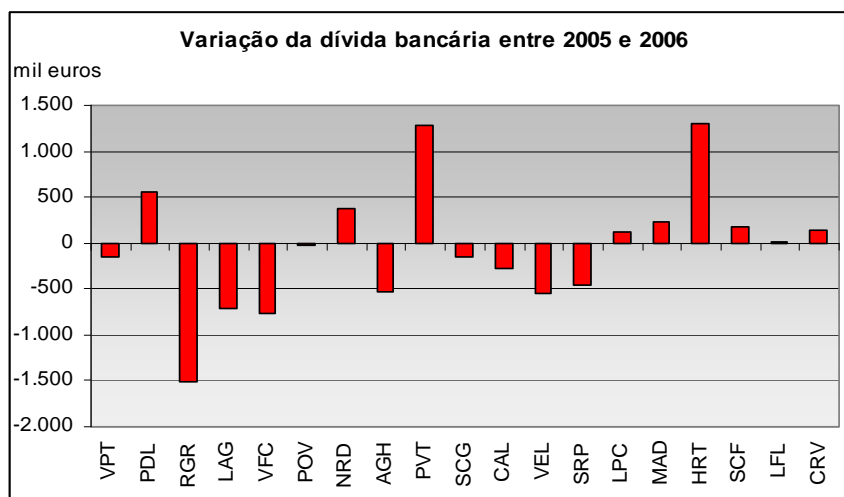
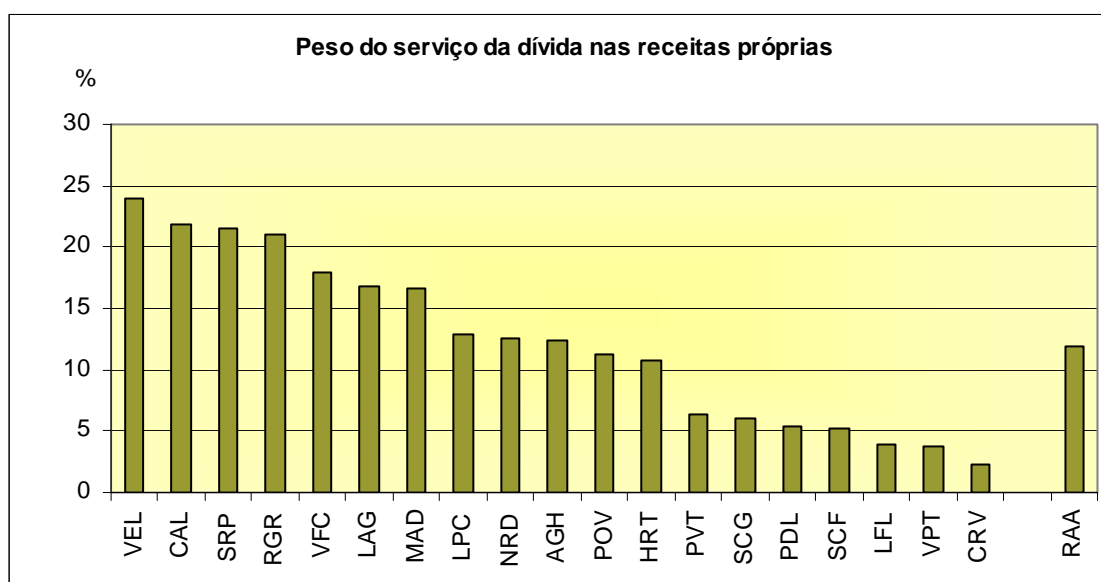
17% do total gasto em 2006, sendo a maior parte (74%) destinadas à aquisição de serviços.

Na aquisição de bens, a maior rubrica, com um peso de 29%, é a de “Combustíveis e lubrificantes”. No que respeita aos serviços adquiridos, sobressaem os encargos das instalações, ocupando 19%.

### **Juros e amortizações**

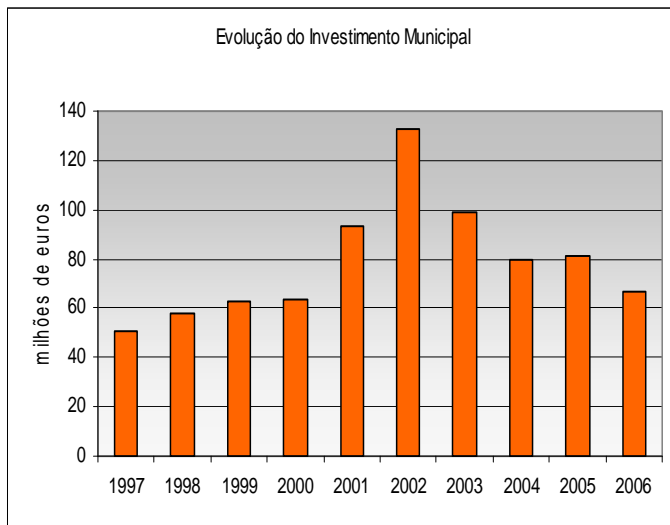
As despesas com o serviço da dívida bancária atingiram o valor global de 15,3 milhões de euros, para o conjunto dos municípios, um valor quase igual ao do ano anterior, já que baixou apenas 1%. Entretanto a dívida bancária aumentou cerca de 3% no mesmo período, mas provavelmente os efeitos desse aumento nos encargos anuais irão sentir-se mais em 2006. Refira-se ainda que os juros aumentaram 2,5%, mas as amortizações baixaram 2%, ocupando estas 76% do total do serviço da dívida.

O rácio Serviço da Dívida / Receitas Próprias manteve-se nos 12%, tal como em 2003 e 2004. No entanto, considerando os municípios individualmente, este rácio varia entre os 2% no Corvo e os 24% nas Velas.



Este gráfico mostra quais os municípios que baixaram a sua dívida bancária em 2006, que foram 10. Nos outros 9, as amortizações foram inferiores aos novos empréstimos contraídos, pelo que a dívida bancária aumentou.

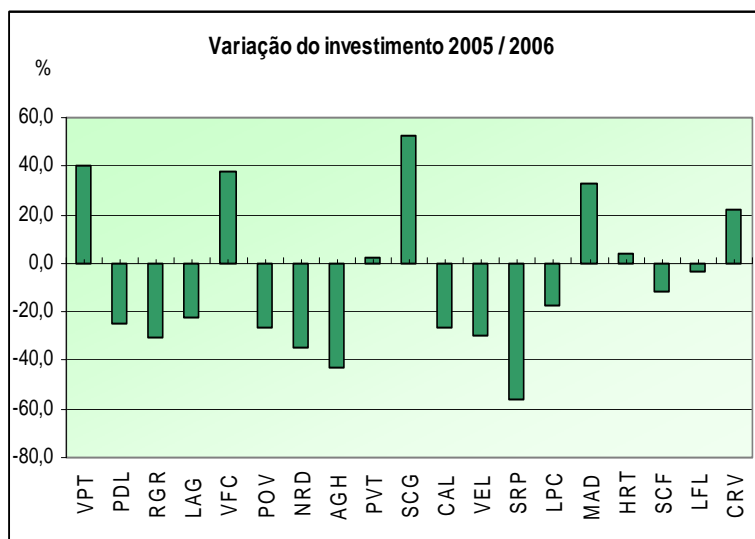
**Investimento**



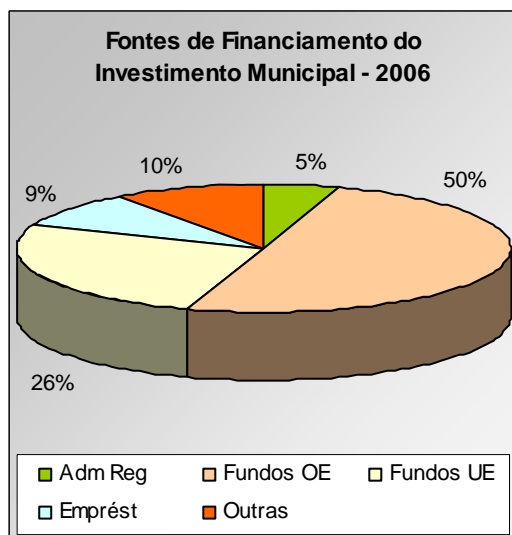
As despesas de investimento baixaram, em termos globais, 18% em 2006, uma redução bastante superior aos 5% de redução observados na despesa total. A receita disponível baixou 6% em 2006, mas para garantir um aumento de despesas de pessoal da ordem dos 6,4%, bem como um aumento de 13% nos encargos com juros e amortizações de empréstimos, o investimento foi penalizado com uma redução de 18%.

Verificam-se, naturalmente, diferenças substanciais entre os municípios, observando-se aumentos de 53% em Santa Cruz da Graciosa, 40% em Vila do Porto, 38% em Vila Franca do Campo, 33% na Madalena e 23% no Corvo. Estes aumentos nas despesas de investimento foram financiados de maneira diferente -

no caso de Santa Cruz da Graciosa, o aumento no investimento foi conseguido essencialmente pela utilização do saldo transitado do ano anterior, já que as receitas obtidas durante o ano de 2006 baixaram 12%, não tendo sido contraídos novos



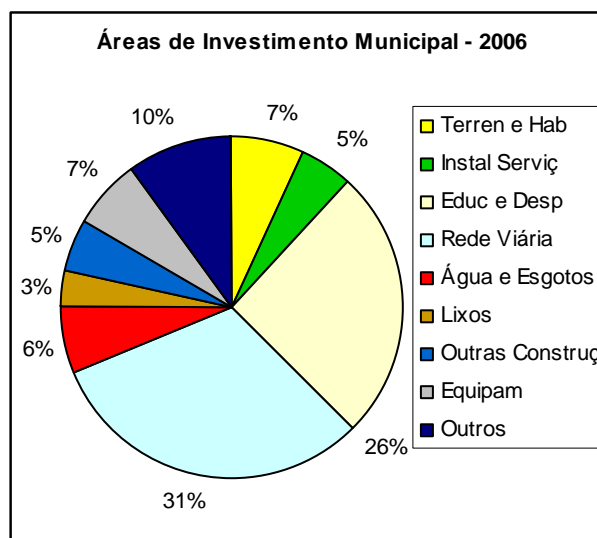
empréstimos. O saldo inicial era de 1,7 milhões de euros, ficando em 475 mil euros no final de 2006. No caso de Vila do Porto, verificou-se um acentuado crescimento de receitas de fundos comunitários. Em Vila Franca do Campo foram as receitas de um modo geral, tal como nos restantes casos. Pelo contrário, S. Roque do Pico realizou menos 56% de investimentos, mas em contrapartida reduziu a sua dívida bancária em 16%. O gráfico mostra ainda outros municípios que em 2006 realizaram menos investimentos, quer porque tiveram menos receitas, quer porque tinham dívidas a bancos por amortizar, ou por outras razões.



Os Fundos do Orçamento do Estado, com uma participação de 50%, são a maior fonte de financiamento do investimento, sobretudo em anos de final de ciclo dos Fundos Comunitários, ou em anos de restrições de endividamento. Os fundos da União Europeia financiam, em média, 26% do investimento, sendo os restantes 24% suportados por empréstimos, transferências da administração regional e outras receitas, nomeadamente venda de terrenos e habitações e venda de activos financeiros.

### Estrutura do Investimento

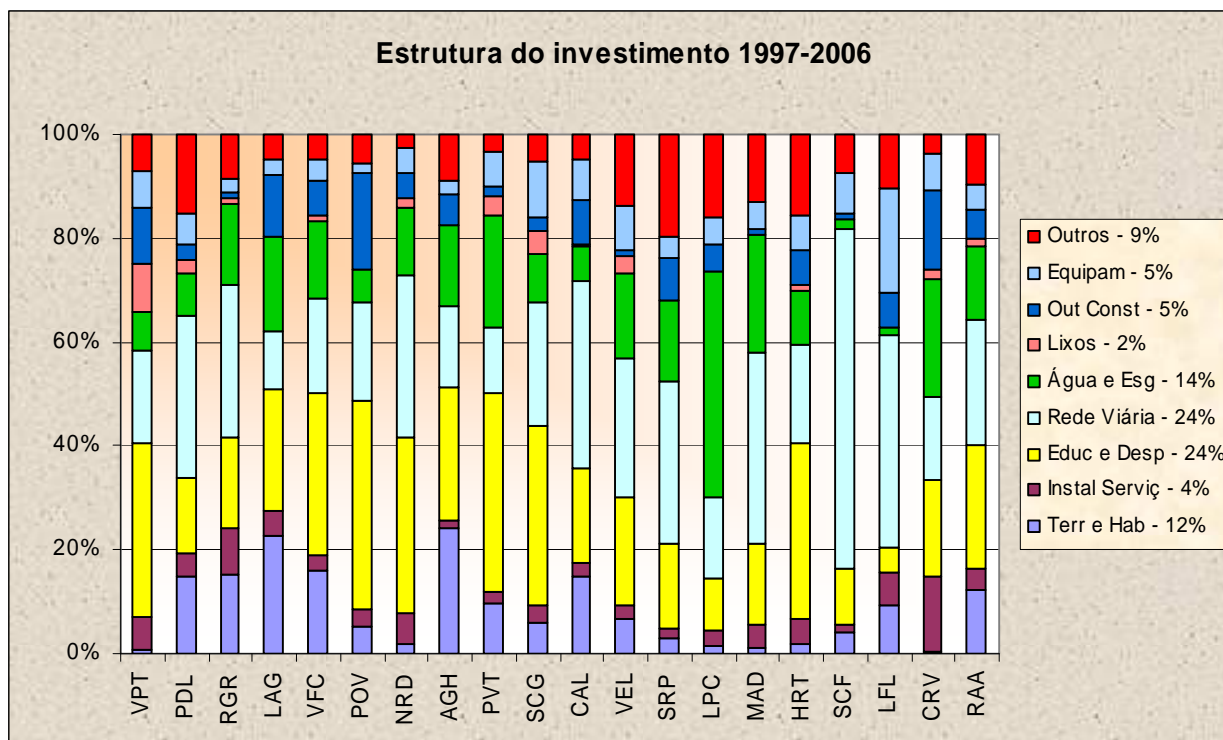
“Rede viária” (31%) e “educação e desporto” (26%) foram as áreas onde mais se investiu no ano de 2006, tal como se tinha verificado em anos anteriores. A rede viária tem sido o sector prioritário dos últimos 7 anos e em 2006, foram 10 os municípios que deram preferência a este sector, destacando-se Santa Cruz das Flores, com 76% do seu investimento aplicado em rede viária. Tendo-se verificado uma redução de 18% no total do investimento, apenas uma das áreas de investimento registou um aumento, de 14%, em 2006 – o equipamento. Salienta-se o decréscimo de 49% na área de terrenos e habitação, bem como de 21% no sector de águas e esgotos. O investimento no abastecimento de água e redes de esgotos ocupa apenas 6% do total investido – apenas 4 milhões de euros, o valor mais baixo desde 1987. Apesar disso, apenas o município de Santa Cruz das Flores não gastou qualquer verba nesta área, tendo o município da Praia da Vitória investido cerca de 1 milhão de euros, o valor mais elevado. Na área de equipamento, o sector da informática começa a ter algum significado, tendo sido gastos cerca de 918 mil euros em hardware e software.



Por outro lado, Vila do Porto dedicou 72% do seu investimento ao sector de educação e desporto.



Segue-se um gráfico que mostra a estrutura do investimento acumulado nos últimos 10 anos, para cada município, permitindo avaliar as prioridades de cada um neste período e compará-las com a média regional.



Vejamos o que se passa, relativamente a cada área de investimento:

Os municípios de Angra do Heroísmo e Lagoa destinaram mais de 20% do seu investimento para o sector de terrenos habitação – a média regional foi de 12%.

O Corvo foi o município que maior prioridade deu às instalações dos seus próprios serviços (15%) – a média foi de 4%.

Na área da educação e desporto, com um valor médio de 24%, verificam-se valores bastante diferentes no período em análise. Temos os casos da Povoação, onde 40% do investimento realizado nos últimos 10 anos foi para esta área, seguindo-se Praia da Vitória (38%) e Santa Cruz da Graciosa (35%) e no outro extremo, vemos os casos de Lajes das Flores (5%), Lajes do Pico (10%) e Santa Cruz das Flores (11%).

Santa Cruz das Flores aplicou 66% do seu investimento em rede viária e Lajes das Flores 41%. No abastecimento de água e redes de esgotos, sobressaem Lajes do Pico (43%), Madalena (23%) e Corvo (23%), sendo a média regional de 14%.

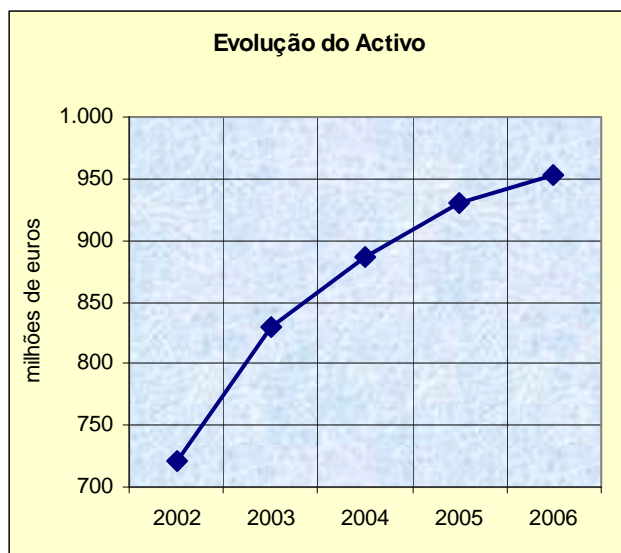
Salienta-se o peso do investimento em equipamento (20%), no caso de Lajes das Flores, um valor 4 vezes superior à média.

## Situação Patrimonial em 2006

### Balanço de 2006

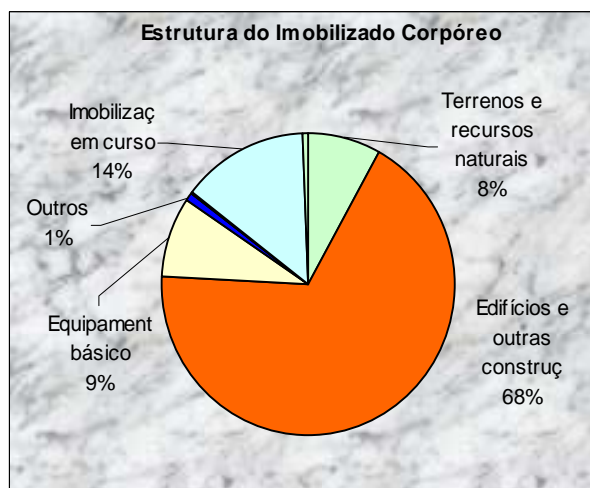
#### Activo

O Activo líquido global dos municípios dos Açores era de cerca de 953 milhões de euros em 2006, verificando-se nesse ano um aumento de 2,5%. O imobilizado representa 98,4% do activo, sendo o restante preenchido com dívidas de terceiros (0,8%), depósitos e caixa (0,7%) e outros (existências, acréscimos e diferimentos).



Tendo em conta o valor global de amortizações acumuladas de cerca de 161 milhões de euros, conclui-se que o imobilizado bruto terá um valor global de 1.114 milhões de euros, valor semelhante ao investimento realizado nos últimos 26 anos. Isto mostra que em termos globais o imobilizado apresenta um valor próximo da realidade, uma vez que o investimento realizado antes de 1981 estará quase todo amortizado, tendo um valor líquido muito reduzido ou nulo.

Todavia, existem ainda alguns municípios cujos inventários e balanços ainda não estão completamente terminados, tendo em conta os valores apresentados. Vila do Porto apresenta em 2006 um imobilizado de 14,5 milhões de euros, mas sem qualquer valor de amortizações acumuladas, concluindo-se que o seu activo está sobreavaliado, pois não considerou o seu imobilizado deduzido das amortizações e o mesmo se passa com o Município de Santa Cruz das Flores. Aparecem ainda os municípios de Povoação e Calheta, com valores negativos (4 a 5 milhões de euros) nos respectivos fundos próprios, relativamente aos quais se conclui que o imobilizado não está ainda totalmente considerado no Balanço de 2006.

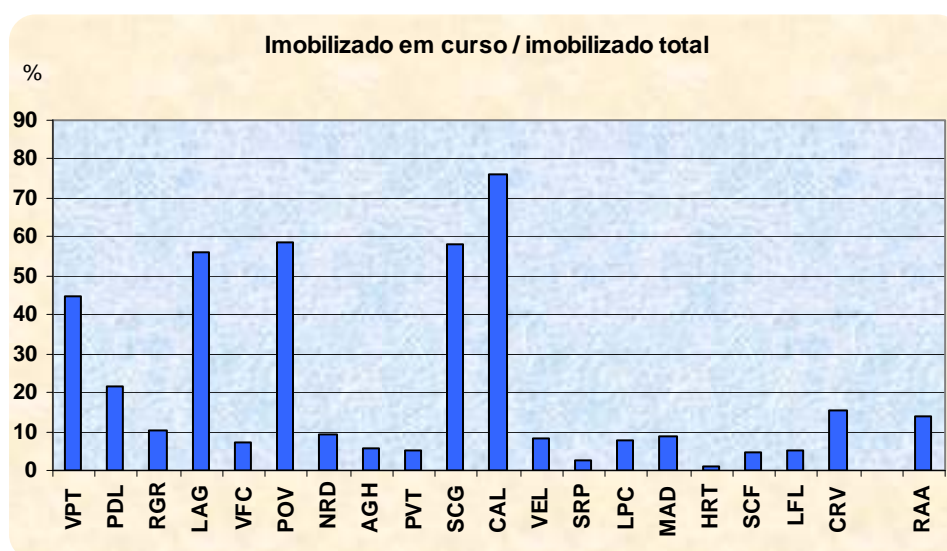


O imobilizado corpóreo ocupa 98,6% de todo o imobilizado, sendo os restantes 1,4% preenchidos pelo imobilizado incorpóreo e pelo imobilizado financeiro. O gráfico ao lado mostra a estrutura do imobilizado corpóreo. Os edifícios e outras construções, onde se incluem

todas as obras de rede viária, abastecimento de água, saneamento básico e outras, ocupam 68% do imobilizado corpóreo, aos quais se juntará, quando terminada, uma importante parte do imobilizado em curso, que ocupa 14% do imobilizado corpóreo. Quanto ao equipamento, que inclui o equipamento básico, de transporte e administrativo, além das ferramentas e utensílios, ocupa uma parcela de 9% no imobilizado corpóreo.

No que respeita aos terrenos e recursos naturais, com um valor total de 76 milhões de euros, representam cerca de 8% do total da RAA.

O gráfico seguinte mostra o peso percentual do imobilizado corpóreo em curso, relativamente ao imobilizado corpóreo total. Alguns municípios apresentam valores bastante elevados. Isto significa que a maior parte do imobilizado considerado nos seus balanços respeita aos anos mais recentes. Nesses municípios, quando o imobilizado mais antigo for considerado, mesmo tendo em conta o efeito de desvalorização das amortizações a considerar, certamente terão um aumento no seu Activo e consequentemente nos capitais próprios.



Por outro lado, em alguns municípios o valor é muito baixo, o que significa que o imobilizado considerado, refere-se, na sua maior parte, a anos anteriores, podendo-se concluir que estará mais perto da realidade. São os casos de Horta, S. Roque do Pico, Santa Cruz das Flores e Lajes das Flores.

#### Outros elementos do Activo

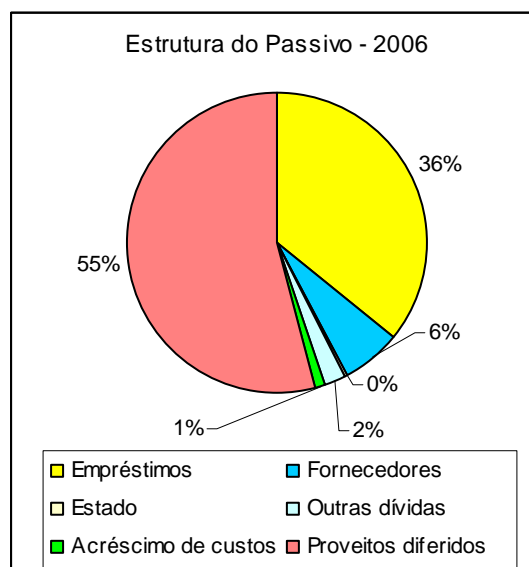
Como atrás se referiu, o imobilizado ocupa 98,4% do activo dos municípios, pelo que resta menos de 2% para existências, dívidas a receber e dinheiro em caixa e bancos. Se calcularmos o rácio “Fundo de Maneio”, resultante da fórmula Activo Circulante – Passivo Circulante, o valor obtido para o total dos municípios da RAA é de 20 milhões de euros negativos, ou seja, as dívidas de curto prazo excedem nesse valor o dinheiro disponível, adicionado das dívidas a

receber e das existências. Apenas, 6 municípios apresentam este rácio positivo - Vila do Porto, Praia da Vitória, Santa Cruz da Graciosa, S. Roque do Pico, Madalena e Lajes das Flores. Pensamos que esta situação resulta do modo de contabilização das verbas a receber dos fundos comunitários e do Governo, ou seja, das transferências. Os municípios contraem dívidas a fornecedores ou a bancos (neste caso de curto prazo) baseados em receitas esperadas, mas a maior parte delas podem considerar-se receitas certas, resultantes participações aprovadas e de fundos do orçamento do estado. Se estas verbas não forem contabilizadas como dívidas a receber (e a maior parte não é), não existe forma de compensar o outro lado da equação, ou seja, as dívidas a pagar, resultando daí um fundo de manuseio negativo, ou positivo mas baixo. Sendo assim, convém ter as necessárias reservas ao aplicar conceitos e rácios de gestão empresarial aos municípios.

As dívidas de terceiros totalizavam cerca de 8 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006 e o dinheiro existente em caixa e bancos somava 6,3 milhões. O montante de fundos do OE transferido em Dezembro de 2006 para os municípios foi de 7,6 milhões de euros, ou seja, seria uma parte destas verbas que se encontrava em saldo no final do ano.

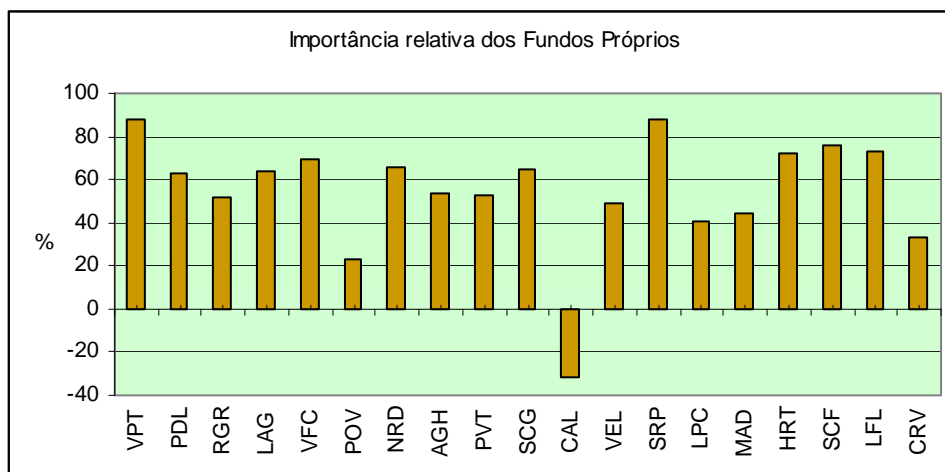
### **Fundos Próprios e Passivo**

O total de Fundos Próprios e Passivo dos 19 municípios é de 953,4 milhões de euros, ocupando a parte correspondente aos fundos próprios 59% e a parte relativa ao passivo os restantes 41%. Em 2005, os fundos próprios ocupavam 57%, pelo que houve um aumento da sua dimensão relativa. É provável que este valor aumente ainda mais, à medida que os balanços de alguns municípios forem sendo corrigidos ou finalizados, na medida em que nem todos os elementos do imobilizado estão considerados. Por exemplo, o Município da Calheta apresenta um valor negativo de fundos próprios (4 milhões de euros), mas é o único nessas condições, quando em 2005 eram quatro. Mas existem outros, com valores positivos, relativamente aos quais se deduz, como atrás referimos, que ainda não consideraram todo o seu imobilizado, podendo ainda aumentar os seus fundos próprios.



A maior parcela do Passivo é a relativa aos “Proveitos Diferidos”, que nos municípios apresenta valores muito elevados, devido às comparticipações que estes recebem para investimento. Na verdade, estes 55% (210 milhões de euros) são incluídos no Passivo mas não constituem dívidas a pagar, mas sim proveitos que só serão considerados como tal em anos futuros, à medida que forem sendo registados os custos das obras comparticipadas (amortizações do imobilizado). Logo, em termos de dívidas propriamente ditas, as duas grandes rubricas são os empréstimos bancários, (80% das dívidas a pagar), as empresas (19%) e o Estado (1%).

O gráfico seguinte mostra-nos a importância relativa dos fundos próprios. Os valores mais elevados significam que existe um maior excesso do Activo sobre o Passivo. No caso da Calheta, como o Passivo é superior ao Activo, aparece um valor negativo.

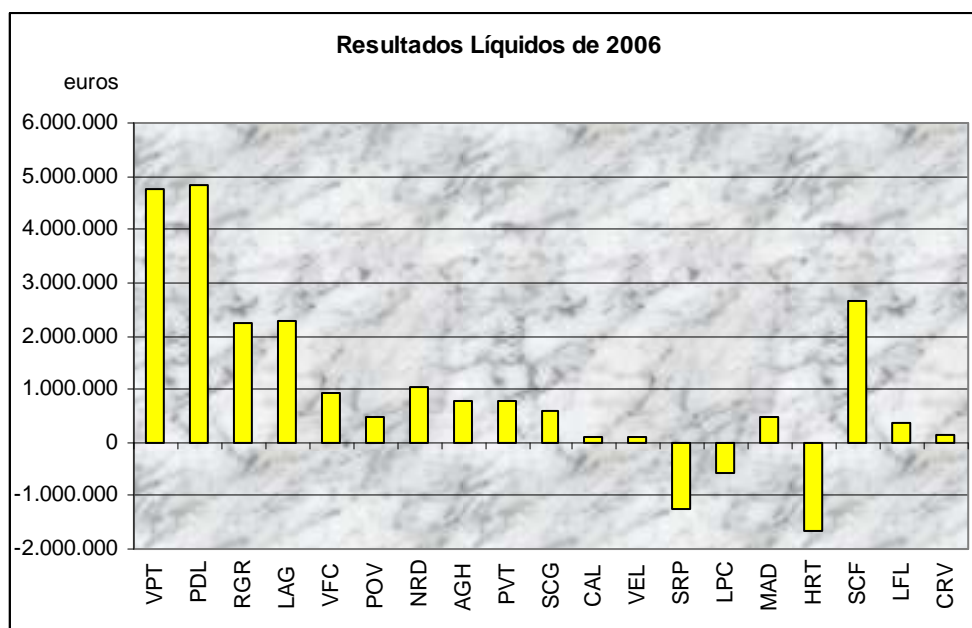


### Resultado Líquido do Exercício

Numa primeira análise poderíamos dizer que os resultados líquidos do exercício de 2006 foram bons, tendo em conta que apenas 3 municípios tiveram resultados negativos. Todavia, não podemos deixar de levantar algumas questões, nomeadamente, que resultados devemos esperar de entidades como os municípios, em que grande parte das suas receitas (68%) são transferências de outras entidades? Será normal aparecerem resultados negativos em entidades desta natureza?

Por outro lado, existem resultados de alguns municípios que não correspondem à realidade – por exemplo, Vila do Porto e Lajes das Flores não registaram quaisquer amortizações do imobilizado, logo, apresentam menos custos e por conseguinte, melhores resultados. E outros, como Santa Cruz das Flores apresentam algumas amortizações do imobilizado nas suas demonstrações de resultados, mas em montante manifestamente reduzido.

É pois neste contexto que devemos observar o gráfico seguinte.



O resultado líquido do exercício resulta da diferença entre proveitos e custos, sendo apurados os resultados operacionais (proveitos operacionais - custos operacionais), resultados financeiros e resultados extraordinários. Quase todos os municípios apresentam resultados financeiros negativos, uma vez que têm encargos com empréstimos, mas poucos proveitos financeiros, pois as suas dificuldades de tesouraria não lhes permitem fazer aplicações financeiras. Já no que respeita aos resultados operacionais e extraordinários existem diferenças profundas entre os municípios.

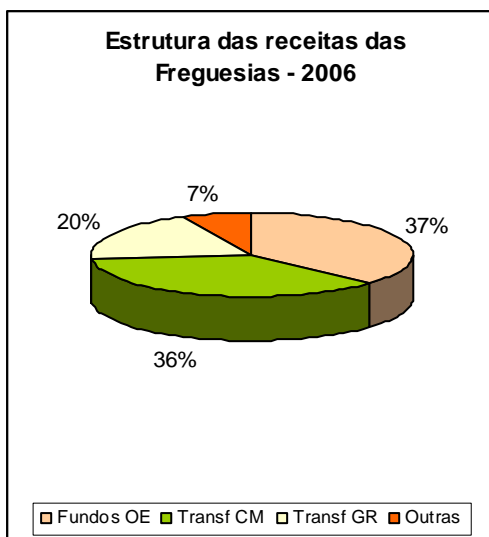
As regras de contabilidade geral aplicadas aos municípios nem sempre produzem resultados “normais”, uma vez que estes não têm o lucro como objectivo. Por exemplo, um município que opte por delegar investimento nas respectivas freguesias, ou que transfira verbas para serviços municipalizados ou associações de municípios, terá custos extraordinários acrescidos nesse ano e isso irá afectar negativamente os resultados. Se ele próprio efectuar as obras em causa, em vez de delegar nas freguesias, terá na mesma que registar os custos, só que estes serão repartidos pelos diversos anos de vida útil do investimento. Compreende-se que numa empresa a transferência de verbas para outra entidade sem contrapartidas seja um custo extraordinário, pois isso não é normal numa entidade deste género, mas numa autarquia já não é assim, pois o objectivo dela é que a obra seja feita, por ela ou por outra entidade em quem ela delegue – os princípios são totalmente diferentes, pelo que é normal um município apresentar resultados extraordinários negativos (apenas 3 não o fizeram), bem como resultados financeiros negativos (só uma não apresentou).

Onde será mais razoável esperar resultados positivos é na parte operacional (proveitos operacionais – custos operacionais) e de facto apenas 3 municípios apresentam resultados negativos aqui.

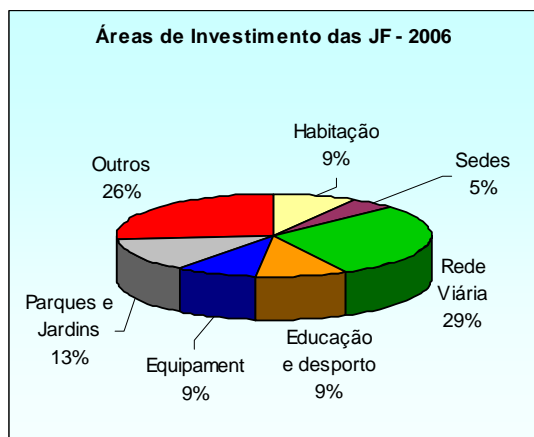
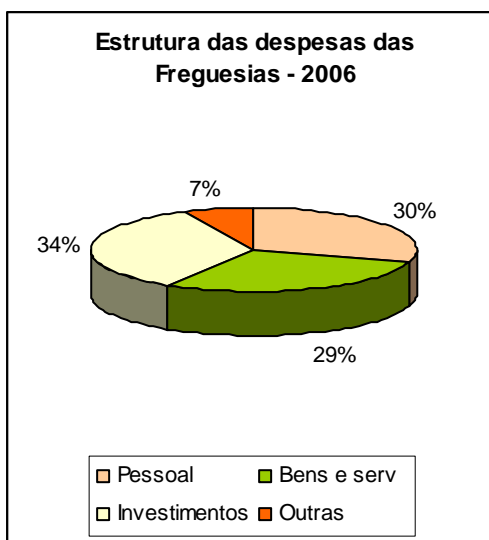
**FREGUESIAS – 2006**

Em 2006, as freguesias da RAA tiveram uma receita total de cerca de 16,5 milhões de euros, de euros. Em 2005, a receita foi de cerca de 18,5 milhões de euros, verificando-se, portanto, uma redução nas receitas da ordem dos 11%.

O gráfico ao lado mostra as componentes da receita e o seu peso relativo. Os Fundos do Orçamento do Estado e as transferências dos municípios (delegação de competências) constituem as maiores fontes de receita - 37% e 36%, respectivamente. Com um peso de 20% nas receitas totais surgem as transferências do Governo Regional, associadas a contratos araal. Os 7% restantes resultam de venda de bens e serviços, alguns empréstimos de curto prazo e outras receitas correntes e de capital.



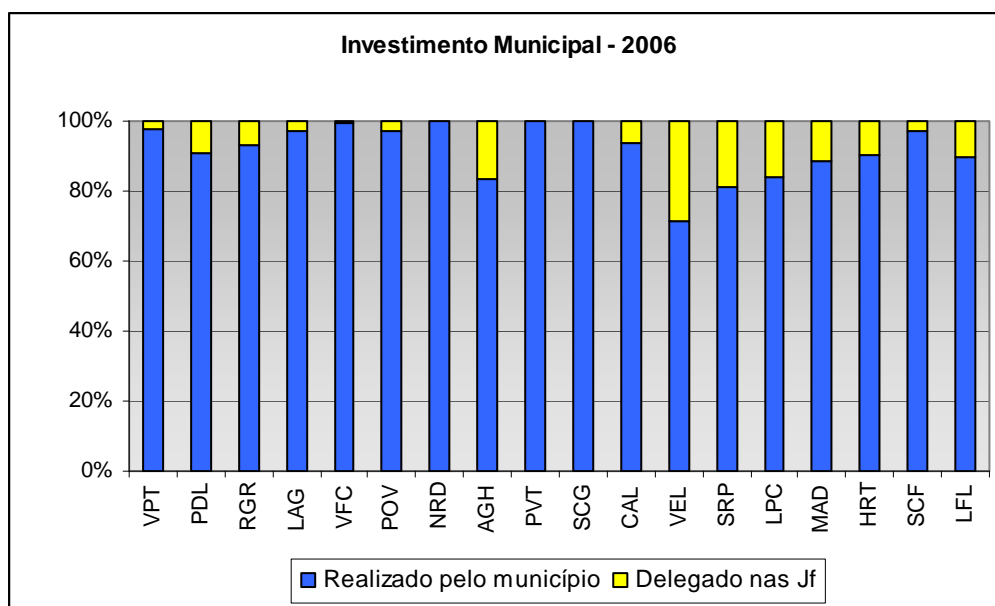
Relativamente às despesas realizadas pelas freguesias em 2006, foram aplicadas em investimentos (34%), despesas de pessoal (30%), incluindo-se aqui pessoal de obras, aquisição de bens e serviços (29%) e outras despesas (7%). Se compararmos os dois gráficos, da receita e da despesa, podemos concluir que os Fundos do OE não são suficientes para cobrir as despesas de pessoal e aquisição de bens e serviços, para isso contribuindo as transferências recebidas do município e do Governo Regional.



A rede viária constitui a maior área de investimento das freguesias, actuando estas sobretudo na limpeza e conservação de caminhos. Com alguma importância surgem as despesas aplicadas em lazer, habitação e instalações desportivas. As obras de construção e reparação das sedes, comparticipadas na sua maioria pelo Governo Regional, representam 5%.



Em 2006, cerca de 5 milhões de euros (8%) do investimento municipal foi realizado pelas freguesias através do mecanismo de delegação de competências. Isto em valores globais, já que esse valor varia bastante, destacando-se os municípios de Velas (28%), S. Roque do Pico (19%), Angra do Heroísmo (16%) e Lajes do Pico (16%).



Por outro lado, alguns municípios pouco ou nada delegaram nas respectivas freguesias, em termos de investimento. São os casos de Vila Franca do Campo, Nordeste, Praia da Vitória e Santa Cruz da Graciosa.

### Endividamento

As freguesias apenas podem contrair empréstimos de curto prazo (até 1 ano) e para resolver dificuldades de tesouraria, provocadas por atrasos no recebimento de receitas previstas no orçamento.

Em 2006, só duas freguesias recorreram a empréstimos desta natureza, tendo uma amortizado o empréstimo no próprio ano.